UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICA

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THACIANA RITA FERREIRA

RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL COM OS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA

GOIÂNIA

2022

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): THACIANA RITA FERREIRA

Título do trabalho: RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL COM OS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Emerson Santana De Souza, Coordenador de Curso**, em 12/04/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **THACIANA RITA FERREIRA, Discente**, em 12/04/2022, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

THACIANA RITA FERREIRA

RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL COM OS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Dr. Emerson Santana de Souza.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira, Thaciana Rita
Relação entre o planejamento financeiro pessoal com os níveis de endividamento de pessoas de baixa renda [manuscrito] / Thaciana Rita Ferreira. - 2022.
XLV, 45 f.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Santana de Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2022.
Apêndice.
Inclui siglas, tabelas, lista de tabelas.

1. Endividamento. 2. Baixa Renda. 3. Planejamento Financeiro. 4. Classes "D" e "E". 5. Finanças Pessoais. I. Souza, Emerson Santana de , orient. II. Título.

CDU 657

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) (31) trinta e um dia(s) do mês de março do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL COM OS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS DE BAIXA RENDA", de autoria de **THACIANA RITA FERREIRA**, do curso de Ciências Contábeis, do(a) Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) **Dr. Emerson Santana de Souza**, Orientador (FACE/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Dr. Lúcio de Souza Machado** (FACE/UFG) e **Dra. Camila Araújo Machado** (FACE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **8,5 (Oito e meio)** , tendo sido o TCC considerado **aprovado**.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Emerson Santana De Souza, Coordenador de Curso**, em 31/03/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Araujo Machado, Professor do Magistério Superior**, em 31/03/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Lúcio De Souza Machado, Professor do Magistério Superior**, em 31/03/2022, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2798903** e o código CRC **7F35F618**.

Referência: Processo nº 23070.015911/2022-27 **SEI nº 2798903**

Dedico esse trabalho aos meus pais, que tanto se esforçaram para que um dia eu tivesse condições de chegar até aqui. Ao meu esposo que sempre me apoiou em minha caminhada. E aos meus professores do curso de Ciências Contábeis, que com dedicação e paciência, partilharam inúmeros conhecimentos e me inspiraram a trilhar o meu próprio caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar forças em todos os momentos da minha vida e me permitir alcançar tamanha vitória.

Aos meus pais, José e Maria, que tanto fizeram por mim em minha jornada. Cuidando-me com todo amor que existe dentro de cada um. Vocês são a minha inspiração, e me orgulho demais em tê-los como pais. Não tem tanto que eu agradeça que ainda seja suficiente!

Ao meu esposo, Yacan, que acredita em mim mais do que eu mesma acredito. Obrigado ajudar a enxergar que sou capaz e que nunca devo desistir.

A minha família toda, que sempre me apoiou e incentivou a seguir em busca dos meus sonhos. Vocês são a melhor parte de mim.

Aos meus professores, que partilharam comigo um dos bens mais preciosos: o conhecimento. Não consigo imaginar nem 1% dos obstáculos que vocês vivenciam na profissão, mas posso afirmar que todos são minha inspiração e guardo com carinho tudo que aprendi. Em especial, ao meu orientador, doutor Emerson Santana de Souza, que com paciência me instruiu e guiou para esse momento.

“Que haja transformação e que comece comigo.”

(Marylin Ferguson)

RESUMO

A população de menor renda enfrenta um cenário com crescentes índices de endividamento, permeado pela vulnerabilidade social, que afeta de modo relevante a sua situação financeira. Sendo assim, torna-se importante a adoção de ferramentas como o planejamento financeiro, como meio de organizar e controlar as finanças pessoais. Ante o exposto, o objetivo geral deste estudo é descrever o planejamento financeiro pessoal, evidenciando os métodos de controle das finanças e o endividamento da população de baixa renda, de indivíduos de 18 a 70 anos, que residam em Goiânia – Goiás e regiões metropolitanas e sejam de baixa renda. Em concordância com o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), a população com menor renda, pertencente às classes "D" e "E", e auferem renda de até quatro salários mínimos. Este estudo corresponde a uma *survey*, com obtenção de dados através da aplicação de questionário e posterior análise descritiva. Com base na amostra, composta por 101 respondentes, foi possível observar que a população goianiense de baixa renda, ainda não utiliza com efetividade o planejamento financeiro, prejudicando o modo como enxergam sua capacidade financeira. O controle das finanças ainda é baixo, e realizado com frequência insuficiente. Infere-se que a melhoria nos níveis de dívidas, para essa parcela da população, não vem exclusivamente do uso do planejamento financeiro, pois apesar desse intervir com melhorias na qualidade das finanças pessoais, não é capaz de o solucionar como um todo, sendo necessário intervenção do mercado, governantes, famílias e instituições de ensino, em prol de disseminação de conhecimento financeiro e criação de políticas públicas que auxiliem a população a ter mais equilíbrio e controle de suas finanças.

Palavras-chave: Baixa Renda. Endividamento. Classes "D" e "E". Planejamento Financeiro. Educação Financeira. Finanças Pessoais.

ABSTRACT

The lower-income population faces a scenario with increasing indebtedness rates, permeated by social vulnerability, which significantly affects their financial situation. Therefore, it is important to adopt tools such as financial planning, as a means of organizing and controlling personal finances. In view of the above, the general objective of this study is to describe personal financial planning, highlighting the methods of controlling finances and the indebtedness of the low-income population, of individuals aged 18 to 70 years, residing in Goiânia - Goiás and metropolitan regions and are low-income. In accordance with the criteria of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - (IBGE), the population with the lowest income, belonging to the "D" and "E" classes, and earning an income of up to four minimum wages. This study corresponds to a survey, with data collection through the application of a questionnaire and subsequent descriptive analysis. Based on the sample, composed of 101 respondents, it was possible to observe that the low-income population of Goiás still does not use financial planning effectively, impairing the way they see their financial capacity. Control of finances is still low, and performed with insufficient frequency. It is inferred that the improvement in debt levels, for this part of the population, does not come exclusively from the use of financial planning, because despite this intervening with improvements in the quality of personal finances, it is not able to solve it as a whole, being necessary intervention of the market, governments, families and educational institutions, in favor of the dissemination of financial knowledge and the creation of public policies that help the population to have more balance and control of their finances.

Keywords: Low Income. Indebtedness Classes “D” and “E”. Financial planning. Financial education. Personal finances.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do IBGE 17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados 19

Tabela 2 – Contato com Conteúdo de Finanças/Educação Financeira 21

Tabela 3 – Fontes do Endividamento 21

Tabela 4 – Inadimplência do Consumidor de Baixa Renda 22

Tabela 5 – Fatores da Inadimplência 23

Tabela 6 – Impactos da Pandemia na Renda 23

Tabela 7 – Método para Controle Financeiro 24

Tabela 8 – Frequência de Anotações Financeiras 25

Tabela 9 – Satisfação com o Controle Financeiro Pessoal 25

Tabela 10 – Planejamento para Consumo 26

Tabela 11 – Prioridade de Uso do Dinheiro 26

Tabela 12 – Atitudes Representativas 27

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 10

2. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** 13

2.1. **Ampliação de Acesso ao Crédito** 13

2.2. **Endividamento da População com Menor Renda** 14

2.3. **Planejamento e Controle Financeiro** 16

3. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS** 18

4. **ANÁLISE DOS RESULTADOS** 20

4.1. Perfil da Amostra 20

4.2. Conteúdos de Finanças/Educação Financeira 24

4.3. Endividamento das Pessoas de Baixa Renda 22

4.3.1. Inadimplência 23

4.3.2. Pandemia e Endividamento 24

4.4. Planejamento Financeiro da População com Menor Renda 25

4.4.1. Controle Financeiro Pessoal 26

4.4.2. Planejamento do Uso dos Recursos Financeiros 27

5. **DISCUSSÃO DE RESULTADOS** 29

6. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 32

REFERÊNCIAS 34

APÊNDICE A 38

1. INTRODUÇÃO

O endividamento da população brasileira tem se tornado um tema amplamente discutido em virtude da sua significativa elevação no decorrer do tempo. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – (CNC), demonstra que em julho de 2021, o percentual de famílias brasileiras endividadas atingiu um patamar histórico, desde 2010, que data o início da série, com 71,4% de endividamento. Entre as famílias com menores rendas, a situação é ainda mais grave, uma vez que a pesquisa da CNC, ainda revelou que 72,6% dos indivíduos de baixa renda se encontravam com dívidas em julho de 2021.

Os fatores que colaboram para esse índice ser maior dentre a população com menor renda são inúmeros, visto que estes se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade social em relação aos demais. Assim sendo, essa população tem sua condição financeira comumente afetada por variações em sua renda, desemprego, enfermidades, luto, medidas governamentais, ausência de políticas públicas e principalmente pela baixa e ineficiente disseminação de conteúdos de educação financeira para essa parcela da população, visto os inúmeros efeitos positivos da mesma sobre a consciência humana, no sentido de auxiliar no controle de suas rendas, maior compreensão de riscos e oportunidades nos produtos e serviços ofertados e planejamento financeiro (ROCHA, OLIVEIRA E TEIXEIRA, 2020).

Cabe evidenciar, que fatores econômicos agravam o cenário de endividamento, considerando a Pesquisa de Orçamentos Familiares – (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) em 2018, que revelou que a inflação elevou os custos essenciais para a população brasileira de baixa renda. A pesquisa mostrou que essa população, passou a ter 61,2% de suas rendas comprometidas com gastos básicos, sendo 22% destinado a alimentação e 39,2% voltados para habitação. O aumento de gastos básicos combinado aos diversos fatores que provocam variações na condição financeira dessas pessoas, revelam a sua fragilidade, pois ao tentar suprir as necessidades básicas, acabam por comprometer mais de seus escassos recursos e elevar o nível de suas dívidas (RAYSSA E MAIA, 2022).

O endividamento é ainda agravado pelas inúmeras facilidades de acesso ao crédito, a grande variedade de produtos e serviços financeiros ofertados no mercado e o apelo ao consumo expresso pelas propagandas, uma vez que contribuem para o consumismo (CAMPARA, VIEIRA E CERETTA, 2016; SILVA ET AL., 2021). Assim como, pelo próprio contexto econômico e político do Brasil, que estimulou em diversos períodos e governos, um consumo

voltado para o curto prazo, dificultando a inserção de um planejamento financeiro pessoal, que visa não apenas o agora, mas traça metas e objetivos para o médio e longo prazo (REIS, 2017).

Ante as circunstâncias apresentadas, o uso de ferramentas de gestão financeira pessoal, como o planejamento financeiro, tem se destacado como meio para contornar o cenário de endividamento da população com menor renda. Segundo Barreto (2021), se planejar financeiramente, permite compreender com clareza a realidade financeira vivenciada, identificando as limitações existentes e os meios para se contorná-la. E ainda, que a ausência desse planejamento orienta a um maior nível de dívidas e inadimplência.

Para Rosa (2021), o planejamento financeiro consiste em traçar um plano de ação detalhado sobre o uso de recursos financeiros. O planejamento, se divide em etapas que são: planejar, controlar, executar e acompanhar, e assim podem usar da melhor forma possível o dinheiro, considerando a realidade vivenciada. Deste modo, caminhando rumo a uma vida financeira mais saudável e equilibrada, não abrindo brechas para situações de excesso de dívidas, e possuindo meios financeiros para todos os momentos da vida, em especial sobre adversidades. Ainda, segundo Santos (2021), somente através do planejamento financeiro, se pode manter uma boa relação com o dinheiro e conquistar independência financeira.

O controle financeiro, também compreende a uma ferramenta crucial para ordenamento das finanças e sua melhor gestão. Segundo Santos, Moreira e Silva (2018), este consiste na anotação de saídas e entradas de recursos financeiros, à medida que os mesmos ocorrem. E que somente através desse controle, seria possível equilibrar as finanças pessoais e avançar rumo a um planejamento financeiro satisfatório.

Diante do cenário exposto, este estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: Como se descreve o planejamento financeiro pessoal, com enfoque sobre os métodos de controle financeiro frente aos níveis de endividamento de pessoas com menor renda?

O objetivo geral deste estudo é descrever o planejamento financeiro pessoal, evidenciando os métodos de controle das finanças e o endividamento da população de baixa renda, pertencentes as classes “D” e “E”, segundo a classificação do IBGE, residentes em Goiânia – Goiás e regiões metropolitanas. E de modo específico, visa, apresentar e conceituar o termo “endividamento”, expor os principais fatores que são atrelados ao seu crescimento, assim como, conceituar o planejamento financeiro pessoal e trazer conhecimentos práticos de como realizá-lo.

Considerando o enfoque sobre a população com menor renda, e os diversos critérios de estratificação social existentes no Brasil, este estudo utiliza o critério social fornecido pelo IBGE. A classificação, divide a população em cinco classes sociais, de acordo com o

rendimento familiar bruto mensal, evidenciados em salários mínimos, indo da classe “A” até a “E”. Sendo assim, o presente trabalho considera como pessoas de baixa renda aquelas que, segundo o critério, se classificam nas classes “E”, correspondente à faixa de até dois salários mínimos e na “D”, referente a faixa de dois a quatro salários mínimos. Deste modo, define-se como o público alvo deste estudo, os moradores de Goiânia – Goiás e regiões metropolitanas, de 18 a 70 anos, que sejam de baixa renda, segundo critério do IBGE, ou seja, desde aqueles sem rendimentos até os que aufiram ganhos relativos a quatro salários mínimos mensais.

A presente pesquisa se aplica a Goiânia e as regiões metropolitanas, dado aos crescentes índices de endividamento apresentados em estudos. Segundo dados da Federação do Comércio do Estado de Goiás – (FECOMÉRCIO - GO), em julho de 2021, 51,9% se encontrava endividada. Corroborando ainda com esse fator, têm-se a grande relevância e crescimento expressa pela região goianiense. Em cenário nacional, ela se destaca pelos impactos econômicos no Produto Interno Bruto – (PIB), visto que de acordo com o Instituto Mauro Borges – (IMB), Goiânia, contribui com 40% do PIB goiano. Este por sua vez, é movimentado pela atividade agropecuária, industrial e serviços. O IMB, aponta ainda a região como atrativa a novos negócios e moradores, dado as inúmeras oportunidades existentes na região e ainda pelos bons índices de qualidade de vida.

Este trabalho se justifica pela relevância do tema para a população com menor renda, visto que estes ocupam uma posição mais vulnerável socialmente em relação aos demais, e consequente maior propensão ao endividamento, em razão da fragilidade de sua condição financeira. Além disso, esta pesquisa estimula o uso da gestão financeira pessoal, como uma das ferramentas de mudança da realidade dos indivíduos, para que estes se encontrem mais confiantes, com autonomia e preparados a ir além dos suprimentos básicos, para ir atrás de seus objetivos e sonhos pessoais.

No campo das contribuições são as informações acerca do endividamento de pessoas de com baixo poder aquisitivo. Deste modo, poderá propiciar aspectos para a compreensão do endividamento de pessoas de baixa renda, como estes conseguem gerir seus escassos recursos, e apontar diretrizes para o seu planejamento financeiro. O estudo pode subsidiar a tomada de decisões quando da definição de políticas públicas. Além de atualizar informações no acervo de estudos, referentes ao tema endividamento, assim como ampliar o conteúdo referente a pessoas de baixa renda.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica evidencia questões contextuais do trabalho. Deste modo apresentará fatores como a ampliação de acesso ao crédito, que impacta nos níveis de dívida, o endividamento da população com menor renda e o planejamento financeiro pessoal.

2.1.Ampliação de Acesso ao Crédito

O termo crédito, advém do latim *creditu,* que significa crer em algo ou alguém. Segundo Silva (1998), ele corresponde "a entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento".

Durante muitos anos para se ter crédito, era necessário ter uma boa reputação na sociedade e ser alguém digno de confiança. Porém, com o passar do tempo, o crédito foi sendo disseminado dentre a sociedade, chegando facilmente até aqueles indivíduos com menores rendas. Em especial no Brasil, houve um movimento de ampliação de crédito, como medida preventiva do governo, contra os efeitos da crise de 2008, onde o objetivo era estimular o consumo da população, com a finalidade de elevar o PIB e reduzir o desemprego.

Sobre essa medida, METTE E MATOS (2014, p. 03), destacam que:

> A proposta governamental foi de elevar a oferta de crédito para financiar as necessidades de consumo dos indivíduos, representando uma antecipação da capacidade de consumo destes e apostando que o crescimento da renda, futuramente, pudesse compensar este aumento do endividamento das pessoas. Por outro lado, o aumento do consumo poderia atrair investimentos para a elevação da oferta, aumentando, dessa forma, a renda dos indivíduos, em uma espécie de ciclo virtuoso de crescimento alavancado.

Todavia, o cenário após essa expansão de oferta de crédito, foi de endividamento da população e aumento dos níveis de inadimplência. Para Copetti (2018), a facilidade de acesso ao crédito em conjunto com a criação de inúmeros produtos e serviços financeiros, contribuem para o endividamento das pessoas, que no que lhe concerne, passaram a empregar grande parte de suas rendas em favor do pagamento de dívidas advindas de seu consumo.

Salienta-se que combinado a facilidade de acesso ao crédito, as ações de marketing também contribuíram para o aumento do consumo, e consequentemente para o endividamento, pois segundo Paraíso e Fernandes (2019), inúmeros são os apelos existentes em prol do consumo, visto que as empresas almejam alavancar suas vendas, seja por campanhas atrativas de produtos e serviços, seja oferecendo mais praticidade ao ofertar os bens, via plataformas

digitais e tecnológicas, que resulta em uma sociedade pautada pelo consumismo com elevado nível de dívidas.

Esse apelo das mídias em prol do consumo, vai de encontro a situação vulnerável que a população de menor renda apresenta como consumidor. Segundo Silva et al., (2021), a vulnerabilidade corresponde a condições de fragilidade e risco que colocam os indivíduos em uma posição de inferioridade, podendo esta ser conduzida por fatores externos e internos, como questões históricas, socioeconômicas ou de raça. Deste modo, engatilhados com os estímulos midiáticos para comprar, combinado as facilidades de crédito existente, a população com menor renda acaba por comprometer a sua já fragilizada situação financeira com novas dívidas.

2.2. Endividamento da População com Menor Renda

O endividamento assume uma pauta de grande preocupação em meio a população brasileira, principalmente ao se considerar os aumentos desse índice nos últimos anos. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – (CNC), o endividamento atingiu o maior patamar histórico, da série iniciada em 2010, chegando a 71,4% em julho de 2021, que comparado período homólogo, apresenta um aumento de 4 pontos percentuais, evidenciando um dos maiores aumentos anuais desde dezembro de 2019. A pesquisa ainda aponta que entre as famílias com rendas menores, o percentual de dívidas passou de 70,7% em junho para 72,6% em julho.

Ao nível regional, 51,9% das famílias goianienses estavam endividadas em julho de 2021, conforme pesquisa realizada pela FECOMÉRCIO - GO; e ainda, divulgou que deste percentual de endividamento, 14,7% possuía contas em atraso e que 5,5% destes não teriam condições de pagar essas dívidas. Dentre as principais categorias de dívida, entre as pessoas com rendas de até 10 salários mínimos, evidencia-se que 77,2% corresponde ao cartão de crédito, tornando este o principal meio de endividamento das famílias, seguido por carnês, que representam 18,4% das dívidas entre aqueles com menores rendas e do financiamento de carro, em 13,1%.

De acordo com Zerrenner (2007), dentre aqueles com menor poder aquisitivo, existe um nível maior de vulnerabilidade às dívidas, em decorrência da fragilidade da sua situação financeira, facilmente impactada por fatores como o desemprego, enfermidades, falecimentos, medidas governamentais e demais eventualidades pertinentes ao seu cotidiano e a sociedade, que acabam por acarretar problemas financeiros, um maior tempo de resposta a essas variações

em suas rendas, e de acordo com Silva et al., (2020), impactar diretamente em sua qualidade de vida.

Sendo assim, diversos são os fatores associados a esse crescimento do endividamento, tanto em nível nacional, quanto regional. Fato é que em se tratando da população com menor renda, a elevação do nível de dívidas não pode ser enxergada de maneira subjetiva e linear, ou ainda, "puramente uma questão econômico-financeira" (PAULA ET AL., 2021, p.123). Principalmente ao se considerar a Pesquisa de Endividamento 2021, realizada pelo SERASA, que indicou 53% da população brasileira endividada com o uso de cartão de crédito, e que a finalidade de uso deste cartão para 69% das pessoas, seria para compra de alimentos em supermercado. Esse comprometimento da renda das pessoas, com dívidas acerca das necessidades básicas de sobrevivência, revela a complexidade da situação, e afeta diretamente nos níveis de endividamento, (RAYSSA E MAIA, 2022).

A CNC apontou que o momento pandêmico vivenciado atualmente contribui para esses resultados, diminuindo os estímulos sociais, combinado a fatores como inflação elevada, e desemprego. Para Campara, Vieira e Ceretta (2016) os estímulos para se consumir, combinado as diversas mudanças no contexto econômico da sociedade, assim como as facilidades de acesso ao crédito e a diversidade de produtos financeiros ofertados, contribuem para o endividamento.

Como consequências econômicas do endividamento Menezes (2018), apontou o comprometimento de parte significativa da renda e a impossibilidade de efetuar pagamentos, ocasionando a inadimplência, que consiste no não cumprimento de compromissos financeiros efetuados anteriormente. A pesquisa da FECOMÉRCIO-GO, demonstrou que entre as famílias de rendas menores, que possuíam dívidas, 40,9% acreditavam não ter condição de quitar os valores devidos, e ainda, 35,2% afirmaram que estariam comprometidos com dívidas por mais de um ano.

A FECOMÉRCIO-GO (2021, p.11), destacou ainda alguns dos efeitos do endividamento na sociedade como, "implicações sociais e psicológicas, como alcoolismo, marginalização e exclusão, perturbação à saúde física e mental do indivíduo e de seus familiares, a dissolução de famílias, dentre outros".

2.3. Planejamento e Controle Financeiro

Considerando os estímulos ao consumo e as atrativas facilidades de acesso crédito, a consequência vem em forma de dívidas e comprometimento da renda por longos períodos (REIS, 2017). Especialmente ao se considerar aqueles com poucos recursos financeiros, torna-se imprescindível o uso de ferramentas para o planejamento e controle das finanças, devido ao seu potencial de transformar atitudes e comportamentos que colaboram com o endividamento (SANTOS ET AL., 2020).

O ato de se planejar financeiramente, permite ao indivíduo compreender melhor a sua realidade financeira (SANTOS, MOREIRA E SILVA, 2018). Deste modo, pode-se conseguir tomar decisões mais assertivas, considerando o curto, médio e longo prazo, como antecipar parcelas, adiar uma compra, poupar e investir. Para Cerbasi (2005), planejar é ter o conhecimento de quanto se pode gastar hoje, sem comprometer o futuro. Corroborando, Paraíso e Fernandes (2019, p.05) apontam que planejar é adquirir "equilíbrio do ser, do ter sustentável, do quando ter, do quanto poupar e do que atingir".

No entanto, é fato que este controle e planejamento das dívidas, advém da disseminação de conhecimento financeiro, e que ainda são rasos e insuficientes na atualidade (RAYSSA E MAIA, 2022). Segundo uma pesquisa realizada em 2020, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – (IBOPE), para o C6 Bank, foi identificado que apenas 21% dos brasileiros, pertencentes às classes A, B e C, que possuíam acesso à internet, tiveram contato com conteúdo de educação financeira quando crianças, sendo que 14% destes, só aprenderam sobre o tema quando adultos. Ressalta-se que a pesquisa não apresenta dados, relativos ao acesso à educação financeira, por classes de rendas mais baixas, como a D e a E.

Em contraponto, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito – (SPC Brasil), revelou que 48% dos brasileiros não realizam o controle de seu orçamento pessoal, dentre esses, 25% afirmaram ter os gastos "de cabeça", ou seja, confiam apenas na memória, para relembrar os dispêndios realizados; enquanto 20% não realizam nenhum tipo de registro do que se ganha e o que se gasta, e os outros 2% disseram que confiam em terceiros para realizar essa tarefa. A pesquisa da CNDL e SPC, ainda revelou que dentre aqueles que possuem algum tipo de controle financeiro, somente 52% registram diariamente suas despesas e fazem a sua análise; uma parcela de 39%, anota os dispêndios de acordo com que eles ocorrem e 27%, só concretizam os registros no final do mês. Ressalta-se o dado de que apenas 33% dos indivíduos planejam o mês com antecedência.

Possuir um método de controle das finanças, é fundamental para atingir níveis satisfatórios do planejamento financeiro. Segundo Santos, Moreira e Silva (2018), o controle permite compreender como o dinheiro vem sendo usado. A partir disso, é possível mudar atitudes, vislumbrando uma situação financeira mais equilibrada. O controle deve ser feito de modo rotineiro, através de anotações, à medida que se emprega o recurso financeiro.

A princípio o uso do planejamento financeiro pode soar como uma possibilidade muito distante e complicada, mas é preciso evidenciar que sua função é simplesmente auxiliar a melhoria dos níveis de qualidade de vida das pessoas, através do bem-estar financeiro (SILVA ET AL., 2020). E ainda, que quando feito é possível entender melhor os caminhos trilhados financeiramente, prevendo situações e se planejando para possíveis dificuldades futuras (LOPES, 2018). Sua utilização deve atender “às reais necessidades das famílias”, (PARAÍSO E FERNANDES, 2019), e sendo assim, é flexível e totalmente personalizável, para condizer com a situação financeira de cada um, e não algo enrijecido e cheio de regras (SANTOS, MOREIRA E SILVA 2018).

Para criar um planejamento financeiro, pode-se utilizar as seguintes dicas: realizar anotações em um local prático e de fácil acesso de todos os gastos e ganhos que se realiza no do mês, com o máximo de detalhes possível (data, valores, descrição e as formas de recebimento e pagamento). Esse registro deve ser preferencialmente diário, para ter um maior controle financeiro, não abrindo brechas para o esquecimento de alguma informação com o passar do tempo. Assim como, visualizar rotineiramente essas anotações, e a partir delas, iniciar um processo de alteração no modo de se consumir, com foco na redução de gastos desnecessários.

Em casos, de se identificar uma situação de endividamento, é preciso buscar a negociação desses valores, e se programar para realizar os pagamentos necessários ao longo do tempo. Seguindo essas regras, já será possível construir pequenas mudanças no dia a dia que representarão maior tranquilidade financeira no futuro. Para Santos (2014), um bom planejamento é aquele utilizado e monitorado frequentemente, que permite deste modo, evidenciar de forma detalhada a real situação financeira vivida, e ainda, que auxilia no processo de formação de reservas financeiras, para serem utilizadas em adversidades, a partir do melhor uso dos saldos mensais positivos. Ressalta-se que o planejamento deve ser simples e prático, para que se consigo mantê-lo a longo prazo, sempre o adequando à condição financeira vivenciada.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é descritiva e contou com aplicação de questionários para obtenção de dados primários. visto que segundo Parasuraman (1991), este consiste na ferramenta para se atingir os objetivos da pesquisa, por um conjunto de questões elaboradas, visando a geração de dados necessários para o estudo.

Visando obter confiança sobre o nível de qualidade do questionário, foi realizado um pré-teste com quatro pessoas, de modo a assegurar a compreensibilidade do conteúdo das questões e a necessidade de demais adequações. Após tal procedimento, foram realizadas correções relativas à escrita de alguns enunciados, como modo de se precaver de ruídos de linguagem que prejudicasse o entendimento dos respondentes acerca do questionário, estando assim apto a aplicação ao público alvo.

O enfoque deste estudo está sobre a população goianiense e das demais regiões metropolitanas, de 18 a 70 anos, que sejam de baixa renda. Sendo assim, com a finalidade de se identificar o público que corresponde a população com menor renda, foi empregado, dentre as diversas classificações existentes no Brasil, o critério de estratificação social do IBGE. Este por sua vez, classifica a população brasileira em cinco classes sociais, considerando o rendimento familiar bruto mensal, em salários mínimos. Deste modo, os indivíduos são agrupados seguindo classes econômicas, distribuídas da “A” até a “E”. O quadro a seguir, sintetiza a classificação do IBGE.

Quadro 1 – Classificação do IBGE

Critério IBGE	
Classe	**Renda Familiar (em salários mínimos)**
A	Acima de 20 salários mínimos
B	De 10 a 20 salários mínimos
C	De 4 a 10 salários mínimos
D	De 2 a 4 salários mínimos
E	Até 2 salários mínimos

Fonte: IBGE.

Isto posto, compreende-se como público de menor renda, neste estudo, os pertencentes às classes “E”, que são os que auferem rendimentos de até dois salários mínimos e os da “D”, de dois a quatro salários mínimos, ou seja, em vista do salário vigente de R$ 1.212,00, seriam todos que não possuam renda superior a R$ 4.848,00.

Em vista do momento pandêmico vivenciado desde 2020, devido ao Coronavírus (Covid-19), e em respeito as medidas protetivas que colaboram para evitar a disseminação do

vírus, assegurando a saúde da população, a aplicação do questionário foi realizada online, pela plataforma do Google Forms, no período de janeiro a março de 2022. Dessa maneira, o alcance de respondentes para a presente pesquisa, foi realizado totalmente por veiculação em redes sociais, como Facebook, Instagram, Linkedin e Whatsapp, além do endereço eletrônico institucional dos discentes do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Goiás – (UFG).

As redes sociais utilizadas são de uso pessoal da autora da pesquisa, e sendo assim seu instrumento de respostas utilizado, foi divulgada por publicações e compartilhamento do link de preenchimento, dentre os usuários pertencentes ao ciclo social em questão.

Os dados obtidos através dos questionários, foram tabulados em planilhas do Excel, para se proceder com seu correto tratamento. Foram excluídas todas as respostas advindas de classes não condizentes a “D” e “E”, assim como de moradores de outras regiões além das estudadas na presente pesquisa, e pessoas que não possuíam dívidas. Em seguida, passaram a ser analisados de modo quantitativo, considerando valores percentuais, onde por meio do uso da estatística descritiva foram observadas frequências, médias dos resultados e cruzamento de dados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a aplicação do questionário obteve-se um total 178 respostas, das quais foram consideradas apenas 101, uma vez que um total de 77 respondentes afirmaram não possuir dívidas, sem estar no perfil investigado neste estudo, ou seja, indivíduos pertencentes às classes “D” e “E”, segundo o critério IBGE, que assim detenham rendimentos não superior a R$ 4.848,00, residentes em Goiânia – Goiás e regiões metropolitanas e que possuam dívidas no atual momento. Considerando assim o objetivo traçado, de analisar a relação entre o planejamento financeiro com os níveis de endividamento de pessoas de baixa renda. Apresenta-se seguir os principais resultados obtidos com as suas respectivas explicações.

4.1.Perfil da Amostra

Tendo em vista os resultados obtidos com aplicação do questionário, apresenta-se abaixo a descrição dos entrevistados na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Gênero	Masculino	58	57,43%
	Feminino	43	42,57%
Faixa etária	18 a 25 anos	54	53,47%
	26 a 35 anos	27	26,73%
	36 a 45 anos	15	14,85%
	46 a 59 anos	3	2,97%
	Acima de 60 anos	2	1,98%
Estado civil	Solteiro (a)	61	60,40%
	Casado (a)	34	33,66%
	Separado (a)	6	5,94%
Escolaridade	Ensino superior	56	55,45%
	Ensino médio	37	36,63%
	Pós-graduação	5	4,95%
	Ensino fundamental	2	1,98%
	Sem escolaridade	1	0,99%
Ocupação profissional	Trabalha com carteira assinada	32	31,68%
	Trabalha sem carteira assinada	25	24,75%
	Estudante	14	13,86%
	Desempregado (a)	9	8,91%
	Autônomo	6	5,94%
	Servidor público	6	5,94%
	Empreendedor	4	3,96%
	Estagiário	3	2,97%
	Bolsista	1	0,99%
	Aposentado (a)/pensionista	1	0,99%
Classe Social (critério IBGE)	Classe E - até R$ 2.424,00	67	66,34%
	Classe D - De R$ 2.424,01 a R$ 4.848,00	34	33,66%
Residência	Goiânia	66	65,35%
	Aparecida de Goiânia	26	25,74%
	Goianira	3	2,97%
	Inhumas	3	2,97%
	Trindade	3	2,97%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na tabela acima, e considerando o total de 101 respostas obtidas, 57,43% dos respondentes são do sexo masculino, enquanto 42,57% são mulheres. Quanto a idade, considerando a delimitação estipulada de 18 a 70 anos, foram obtidas 53,47% de respostas advindas dos jovens na faixa de 18 a 25 anos, seguido pelo público de 26 a 35 anos, com 26,73%.

Em relação ao estado civil, destaca-se dentre os respondentes os solteiros com 60,40% de respostas e os casados representando 33,66%. Já em relação à escolaridade, 55,45% dos entrevistados possuem ensino superior, 36,63% o ensino médio, 4,95% a pós-graduação, 1,98% o ensino fundamental e 0,99% sem escolaridade. Sobre a ocupação profissional, verifica-se que 31,68% trabalham com carteira assinada, seguido por 24,75% sem registro na carteira de trabalho e 13,86% como estudantes.

Tendo em vista os critérios traçados em relação à pesquisa, têm-se que 55,45% dos respondentes são pertencentes à classe “E”, que segundo o critério IBGE, auferem rendimentos mensais de até dois salários mínimos, ou seja, R$ 2.424,00; em seguida temos que 33,66%, são da classe “D”, sendo aqueles que ganham até quatro salários mínimos, totalizado em R$ 4.848,00; e ainda que 10,86% não detinham nenhum tipo de rendimento. Já em relação à localidade da moradia, temos que 65,35% residem em Goiânia, 25,74% em Aparecida de Goiânia, e com o mesmo percentual de respostas, de 2,97%, temos Inhumas, Goianira e Trindade.

Em face do exposto, traça-se o perfil de respondentes do estudo, sendo de jovens de 18 a 25 anos, em sua maioria do sexo masculino, cujo estado civil é de solteiro, com escolaridade em nível superior e ocupação profissional formal, com vínculo na carteira de trabalho. Quanto a renda, a maioria compreendem à classe “E”, segundo critério utilizado do IBGE, que deste modo ganham até dois salários mínimos e residentes de Goiânia – Goiás.

4.2. Endividamento das Pessoas de Baixa Renda

Dentre as 101 respostas obtidas, buscou-se averiguar dentre estes, qual seria a de valor mais representativo. Na Tabela 3, pode-se enxergar as respostas obtidas para tal questão.

Tabela 3 – Fontes do Endividamento

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Maior fonte de dívidas	Cartão de crédito	48	47,52%
	Financiamentos (imóveis, carros e outros bens)	23	22,77%
	Empréstimos	17	16,83%
	Crediários e carnês	4	3,96%
	Cheque especial	2	1,98%
	Faculdade	2	1,98%
	Impostos	2	1,98%
	Consórcio	1	0,99%
	De moradia (aluguel, água e energia)	1	0,99%
	Faculdade	1	0,99%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando o exposto, é relevante destacar que para 47,52% dos respondentes, a maior fonte de dívidas é o cartão de crédito, seguido por financiamentos, com 22,77% e empréstimos com 16,83%. Na lista das dívidas apontadas como de maior evidência, verificou-se ainda a presença de crediários e carnês com 3,96% das respostas, assim como cheque especial e

impostos com 1,98%, faculdade com 2,97%, consórcios e despesas básicas, como as de moradia (aluguel, água e energia), com 0,99%.

Considerando pressupostos teóricos apresentados anteriormente, e em face do resultado obtido, pode-se afirmar que as facilidades de acesso ao crédito, colaboram para o aumento dos níveis de dívida da população com baixo poder aquisitivo.

4.2.1. Inadimplência

Considerando a inadimplência como consequência do endividamento, na forma de atraso no pagamento das dívidas, verificou-se dentre os respondentes quais estariam nesta situação. Os resultados se concentram na Tabela 4.

Tabela 4 – Inadimplência do Consumidor de Baixa Renda

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Inadimplência	Sim	63	62,38%
	Não	38	37,62%

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que 62,38% dos respondentes afirmaram possuir dívidas em atraso, enquanto 37,62% afirmaram não estar inadimplentes no momento. Sendo assim, buscou-se averiguar dentre o quantitativo que possuía dívidas em atraso, qual o principal fator que acarretou a situação de inadimplência, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Fatores da Inadimplência

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		63	**100,00%**
Fatores da Inadimplência	Redução na renda	36	57,14%
	Desemprego	17	26,98%
	Enfermidades	4	6,35%
	Falta de planejamento	3	4,76%
	Aumento de Despesas	2	3,17%
	Acidente	1	1,59%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as respostas obtidas, é relevante evidenciar que dentre os 63 indivíduos que se encontram inadimplentes, 57,14% atribuiu a condição a redução na renda e que para 26,98% o desemprego impactou no atraso das dívidas. E ainda, aparecem na lista respostas como enfermidades com 6,35%, falta de planejamento com 4,76%, aumento de despesas com 3,17% e acidente com 1,59%.

Essas respostas confirmam o cenário de vulnerabilidade da população com menor renda, que comumente são mais afetadas por variações externas e internas, que por sua vez comprometem a sua capacidade financeira e colaboram para o acúmulo de dívidas.

4.2.2. Pandemia e Endividamento

Considerando os inúmeros impactos sofridos em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), buscou ainda investigar se os respondentes haviam tido sua capacidade financeira, afetada pelo momento pandêmico vivenciado. Deste modo, apresenta-se na Tabela 6, as respostas para tal questão.

Tabela 6 – Impactos da Pandemia na Renda

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Pandemia afetou a renda	Não	46	45,54%
	Sim. Tive queda na renda	40	39,60%
	Sim. Fiquei desempregado (a)	15	14,85%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados obtidos revelam que 45,54% dos respondentes não tiveram sua situação financeira afetada pela pandemia. Porém para 39,60%, o cenário é diferente, considerando que estes elencaram que foram impactados pela pandemia com queda na renda, e para, 14,85% com o desemprego.

4.3.Conteúdos de Finanças/Educação Financeira

Em virtude dos pressupostos abordados no referencial, acerca da importância dos conhecimentos sobre finanças pessoais, foram elaboradas questões acerca do contato com conteúdo de finanças pessoais/educação financeira ao longo do tempo, por meio de cursos, treinamentos, livros e workshops, dentre outros. Além de se verificar, se atualmente os

entrevistados estão lendo e buscando conhecer mais sobre finanças pessoais. Os resultados obtidos apresentam-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Contato com Conteúdo de Finanças/Educação Financeira

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Contato no decorrer da vida com conteúdo de finanças pessoais/educação financeira	Sim	66	65,35%
	Não	35	34,65%
Contato atual com conteúdo de finanças/educação financeira	Sim	55	54,46%
	Não	46	45,54%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as informações obtidas, 54,46% das pessoas entrevistadas, tiveram algum contato com conteúdo de finanças/educação financeira ao longo de suas vidas e 45,54% não tiveram esse convívio. Já se voltando para o atual momento de vida do público respondente, 65,35% afirmaram que se encontram lendo e buscando conhecimentos sobre finanças atualmente e 34,65% afirmaram não estar em busca deste tipo de conhecimento no momento.

Nota-se um movimento de aproximação dos respondentes com menor renda de temáticas acerca das finanças, visto que boa parte do público não teve esse contato em fases anteriores da vida.

4.4. Planejamento Financeiro da População com Menor Renda

Em virtude do estudo se centrar em como o planejamento se relaciona com o endividamento da população com menor renda, devido aos inúmeros fatores que contribuem para o seu aumento, foram propostas questões para analisar o planejamento financeiro desta população.

4.4.1. Controle Financeiro Pessoal

O controle é parte primordial do planejamento financeiro. Por meio dele é possível poupar dinheiro, criar reservas para contingências futuras e economizar em compras do dia a dia. Na Tabela 7, é possível observar se os entrevistados estão exercendo controle dos ganhos e gastos financeiros.

Tabela 7 – Método para Controle Financeiro

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Método para controle das finanças	Sim. Faço planilha no celular	29	28,71%
	Não faço uso de nenhum tipo de controle	28	27,72%
	Sim. Anoto no caderno/papel	27	26,73%
	Sim. Anoto de cabeça	16	15,84%
	Aplicativo	1	0,99%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que 27,72% afirmaram não realizar nenhum controle de suas finanças, enquanto 28,71% afirmou utilizar planilhas no celular para o controle, seguido por 26,73%, que usufrui de caderno/papel para anotar seus gastos e ganhos. Ressalta-se que para 15,84% o controle é feito de cabeça, enquanto para 0,99% por meio de aplicativos de finanças.

Em observância desta população que afirma realizar métodos para controlar as finanças, buscou-se verificar com que frequência seria feito as anotações referentes a esse controle financeiro. A Tabela 8, apresenta o resultado.

Tabela 8 – Frequência de Anotações Financeiras

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Frequência de anotação dos gastos e ganhos	Mensalmente	29	28,71%
	Não realizo anotações	28	27,72%
	Semanalmente	26	25,74%
	Diariamente	18	17,82%

Fonte: Dados da pesquisa.

Para aqueles que realizam anotações referente ao controle financeiro pessoal, 28,71% afirmaram o fazer mensalmente, enquanto 25,74% semanalmente e apenas 17,82% diariamente.

Verificou-se ainda quão satisfeito estão os respondentes como o modo que estes escolheram de controlar suas finanças. A Tabela 9, demonstra os resultados auferidos.

Tabela 9 – Satisfação com o Controle Financeiro Pessoal

Variáveis	Alternativas	Amostra Total (n)	Amostra Total (%)
		101	**100,00%**
Satisfação com o modo de controle das finanças	Não	62	61,39%
	Sim	30	29,70%
	Não controlo minhas finanças	9	8,91%

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível identificar que 61,39% dos respondentes afirmaram não estar satisfeitos com o modo que suas finanças vêm sendo controladas, enquanto 29,70% responderam estarem satisfeitos com o controle financeiro pessoal.

Diante os resultados é possível afirmar, que o controle apesar de estar sendo feito pela maioria dos respondentes, ainda não corresponde ao ideal e deste modo não soa como eficiente. Isto em vista das respostas de muitos que o fazem apenas de cabeça e tantos que ainda não o fazem, sem contar no fato de que a maioria realiza registros mensalmente, e deste modo podem não estar expressando a realidade de sua situação financeira, pela morosidade ao se anotar. E por fim pelo grande nível de insatisfação dos respondentes pelo modo como estão lidando com suas finanças.

4.4.2. Planejamento do Uso dos Recursos Financeiros

Considerando a importância de se planejar financeiramente para consumir bens e serviços ofertados, buscou-se averiguar se os indivíduos com menor renda tem buscado se programar para realizar novas aquisições. A Tabela 10, evidencia as respostas obtidas.

Tabela 10 – Planejamento para Consumo

Variáveis	Alternativas	Amostra Total (n)	Amostra Total (%)
		101	**100,00%**
Planejamento antecipado para compras	Sim	58	57,43%
	Não	43	42,57%

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante um cenário positivo, verificou-se que 57,43% dos respondentes se planejam antecipadamente para realizar compras, enquanto 42,57% não realizam essa programação para novas aquisições.

Buscou-se ainda levantar quais as prioridades de uso dos recursos financeiros dos respondentes, obtendo a Tabela 11.

Tabela 11 – Prioridade de Uso do Dinheiro

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00 %**
Prioridade do uso do dinheiro	Despesas familiares (alimentação, escola e moradia)	52	51,49%
	Pagamento de dívidas	36	35,64%
	Lazer	6	5,94%
	Investimentos financeiros (poupança, ações, títulos governamentais, reserva financeira e outros)	5	4,95%
	Compras de produtos eletrônicos	1	0,99%
	Negócio próprio	1	0,99%

Fonte: Dados da pesquisa.

Através dos resultados, observa-se que para 51,49% dos respondentes, a prioridade do uso do dinheiro é no uso de despesas familiares, em seguida para 35,64% vem o pagamento de dívidas. Ainda aparecem na relação com 5,94% o lazer, em 4,95% os investimentos financeiros e em 0,99% compra de produtos eletrônicos e investimento em empreendimento próprio.

E por fim, verificou-se com qual atitude os respondentes mais se identificavam no decorrer do mês. O resultado se apresenta na Tabela 12.

Tabela 12 – Atitudes Representativas

		Amostra Total	
Variáveis	**Alternativas**	**(n)**	**(%)**
		101	**100,00%**
Atitude mais comum ao longo do mês	Pago minhas contas em dia	34	33,66%
	Luto para fazer o salário chegar até o fim do mês	23	22,77%
	Gasto mais do que ganho	18	17,82%
	Realizo inúmeras compras no cartão de crédito	11	10,89%
	Prefiro pagar todas as compras à vista	8	7,92%
	Pago minhas contas em atraso	7	6,93%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ante o exposto, identifica-se que 33,66% das pessoas se identificam com o pagamento de contas em dia, enquanto para 22,77%, a realidade é outra, lutando para fazer o salário chegar até o fim do mês. Destaca-se ainda que 17,82% dos respondentes afirmaram gastar mais do que ganham e que 10,89% se identificam com as inúmeras compras realizadas no cartão. Uma

pequena parcela de 6,93% afirmou pagar contas em atraso e 7,92% afirmam preferir pagar todas as contas à vista.

5. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados obtidos, revelam pontos interessantes a serem discutidos. Estes são apontados a seguir, e tem como objetivo aprofundar os níveis das informações recebidas e confrontá-las com estudos acerca da temática, além de propiciar a reflexão sobre o tema de endividamento dentre pessoas de baixa renda, o planejamento financeiro e o controle exercido sobre as finanças.

Um dos principais resultados elencados é acerca dos conteúdos de educação financeira. A maior parte dos respondentes afirmaram, ter tido contato com ele ao longo da vida, e ainda em maior proporção na fase atual que vivenciam. Esse é um apontamento a se comemorar, afinal mais pessoas estão buscando os conteúdos de finanças, mas também eleva a discussão a outros níveis. Principalmente, quanto a qualidade e compreensibilidade deste conteúdo, dado que mesmo educados financeiramente em níveis expressivos, os índices de endividamento não deixaram de crescer temporalmente. Isto, considerando o estudo de Barreto (2021), que ao examinar o comportamento dos consumidores de baixa renda, identificou que quanto maior os níveis de conhecimentos financeiros, menor será os de dívidas dentre aqueles com menos recursos. E ainda, apresentou que ter educação financeira é compreender e conseguir aplicar os conceitos do universo financeiro, resultando em bom gerenciamento de suas finanças.

Outro ponto a ser discutido, é sobre as fontes de dívida daqueles com menos recursos. É grande o quantitativo de pessoas que apontaram os recursos de crédito pessoal, com maior representatividade dentre as dívidas. Dentre eles citou-se o cartão de crédito, os financiamentos e os empréstimos, ocupando em maior proporção a composição do endividamento. Isso vai de encontro a Campara, Vieira e Ceretta (2016), que apontaram a facilidade de acesso ao crédito, impactando nos níveis de endividamento da população. Assim como, Paraíso e Fernandes (2019), que elencaram o estímulo ao consumo e a disseminação do crédito, como impulsionadores das dívidas.

É preciso evidenciar, que muito dos respondentes afirmaram estar inadimplentes no momento, ou seja, com dívidas em atraso. Esse apontamento, quando comparado com os fatores

que levaram essas pessoas a tal situação, apontando em sua maioria a redução na renda e o desemprego, revelam a fragilidade de sua condição financeira. Os escassos recursos do cidadão com menor renda, fica comprometido frente as adversidades que impactam em sua renda, demandando um maior tempo de resposta a essa variação. Considerando estudo realizado por Zerrener (2007), que tratou da precariedade financeira vivenciada por pessoas com rendas menores, e apontou as variações ocorridas como determinantes para o descumprimento de certos compromissos firmados em outrora, levando a inadimplência.

Voltando o enfoque sobre o objetivo desta pesquisa, evidencia-se as respostas obtidas acerca dos métodos de controle financeiro. A princípio observamos que boa parte das pessoas, já se encontram realizando o controle sobre seus recursos. Porém, colocando em contraponto o modo que esse vem sendo feito, os resultados se tornam insatisfatórios. Uma vez, que a frequência da utilização desse controle é errônea. Esta ferramenta precisa ser nutrida com disciplina, e preenchida em uma quantidade menor de tempo, visto que para muitos, as anotações são feitas apenas mensalmente. Deste modo, o controle não se torna efetivo, e torna o planejamento financeiro como um todo ineficiente.

Deste modo, tais resultados coincidem com o cenário da pesquisa realizada pela CNDL e SPC, acerca dos métodos de controle dos brasileiros, onde a maior parte da população ainda não o realizava, e dentro os que o praticavam, sua frequência era suprida de modo incorreto. Para Santos (2014), a efetividade dessa ferramenta, só se contempla quando a mesma é utilizada rotineiramente e acompanhada constantemente. Afinal, é preciso observar o controle realizado, para compreender a real situação financeira vivenciada, e traçar metas para contornar os percalços do caminho.

A confirmação de que o planejamento não vendo atingindo níveis desejáveis para a população com menor renda, vem através da insatisfação expressa pela maioria dos respondentes pelo modo que estes decidiram controlar as finanças. E corroborando com isso, encontramos respostas que evidenciam que muitos hábitos, que o planejamento financeiro pode trazer, ainda não estão arraigados da maneira que deveriam. Observa-se que para essa parcela da população, todo uso dos recursos volta-se para o presente, uma vez que em sua maioria, as pessoas priorizam o dinheiro para gastos básicos de sobrevivência. Deste modo, falta recurso para planejar o futuro. E assim, o futuro das pessoas se compromete, sendo que para Cerbasi (2005), o ato de planejar vislumbra o futuro, o chegar até lá com a tranquilidade necessária, e com recursos suficientes.

Por fim, evidencia-se as atitudes representativas da população. Os respondentes elencaram em sua maioria, que buscam pagar as contas de modo pontual, seguido por lutar para fazer o salário perdurar ao longo mês e gastar mais do que se ganha. As atitudes prejudiciais a situação financeira, que impulsionam o endividamento ainda são grandiosas, em relação as demais. Sendo assim, comprova-se a ausência da eficiência do planejamento financeiro. Afinal, para Santos et al., (2020), um bom planejamento, impacta na mudança de atitudes negativas, que colocam em risco a saúde financeira, como consumismo, gastos desnecessários, sem anterior planejamento e comprometimento da renda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou descrever o planejamento financeiro pessoal, evidenciando os métodos de controle das finanças e o endividamento da população de baixa renda, da população de Goiânia – Goiás e regiões metropolitanas, de 18 a 70 anos, de baixa renda. Esta que por sua vez, compreende a classificação realizada no critério IBGE, pertencentes às classes “D” e “E”, que auferem rendimentos de até quatro salários mínimos mensais. Para atingir tal objetivo, aplicou-se um questionário, realizado de modo online, angariando um total de 101 respostas, correspondente aos critérios descritos anteriormente.

Os resultados obtidos permitem afirmar que a população com menor renda tem enfrentado dificuldades para criar e manter um planejamento financeiro. Esta que corresponde a uma importante ferramenta para organização das finanças, que permite visualização clara e ampliada da realidade financeira, e pode impactar nos níveis de endividamento da população com menor renda.

A pesquisa averiguou que maioria não se encontra satisfeita como o modo que lida com seus recursos, e boa parte se encontra lutando para fazer seu salário perdurar ao longo do mês. Essa situação se torna ainda mais alarmante, quando percebemos que grande parte está com a capacidade financeira comprometida, devido as facilidades de acesso ao crédito, visto que o cartão de crédito foi apontado como maior fonte de dívida pelos respondentes. E confirma, o foco prioritário do dinheiro em prol das necessidades básicas da família e o pagamento de dívidas existentes, deixando assim, poucas lacunas para se poupar, criar reservas e investir nos próprios sonhos.

O controle financeiro, apesar de já vir sendo executado por parte dos respondentes é ineficiente, por ser realizado em uma periodicidade maior do que a ideal, considerando que a maioria informou o realizar somente no fim do mês.

O planejamento financeiro pode ser uma importante ferramenta frente aos níveis de endividamento, principalmente com a execução de um bom método de controle de finanças. Porém, cabe ressaltar que somente ele ainda não seria o suficiente, pois a questão do endividamento da população com menor renda é de responsabilidade tanto das famílias, quanto do mercado e dos governantes, que conhecem bem as dificuldades expressas por esses indivíduos, e da necessidade de criação de medidas que diminuam seus níveis de vulnerabilidade social. Antes mesmo do planejamento financeiro chegar, é preciso vir o conhecimento das finanças, de modo eficiente, seguido por um acompanhamento da sua compreensão e aplicabilidade na prática. Esse conhecimento deve-se iniciar nas escolas, desde

a fase inicial de aprendizagem, como possibilidade de desenvolvimento de indivíduos conscientes e racionais acerca dos seus recursos financeiros.

E ainda assim, investir em políticas públicas acerca do desemprego e sobre a elevação de preços, que tem feito milhares de famílias empregarem todos seus recursos em itens básicos de sobrevivência. O planejamento não beneficia apenas o cidadão que faz o seu uso, mas toda a sociedade econômica.

A presente pesquisa evidencia a importância de conhecer com profundidade a realidade financeira vivenciada, as suas limitações, exercer sobre ela o controle dos gastos, com uso eficiente do dinheiro, que se volte não somente para o agora, mas para o futuro. Assim como a necessidade de se aprender mais sobre o sistema financeiro, e os juros e taxas por trás de aquisições. Esses conhecimentos, aliados ao planejamento, podem auxiliar as pessoas com menor renda a ter maior segurança e autonomia financeira.

Este estudo se limita, por ter focar no endividamento de pessoas com baixa renda, apenas em nível regional e não expandido para o cenário nacional. Como sugestão para estudos futuros está a ampliação a nível nacional, com enfoque sobre os conhecimentos financeiros da população e investigação das principais dificuldades encontradas na administração de seus recursos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Julia Angel Loula. **Os aspectos mais importantes para a realização de um planejamento financeiro para famílias de baixa renda**. 2021. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Escola Paulista de Economia, Política e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60545?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 08 abr. 2022;

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. **Entendendo a atitude ao endividamento: Fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam?** . Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Curitiba, IBEPES, v. 15, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2012. Acesso em: 20. out. 2021;

CERBASI, Gustavo**. Dinheiro, o segredo de quem tem: Como conquistar e manter sua independência financeira.** São Paulo: Gente, 2005;

CNDL Brasil. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. CNDL, 2020. Disponível em: https://site.cndl.org.br/48-dos-brasileiros-nao-controlam-o-proprio-orcamento-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/. Acesso em: 14 set. 2021;

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇO E TURISMO - (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – Julho de 2021**. 2021. Disponível em: https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2021-368991/368991. Acesso em: 15 set. 2021;

COPETTI, Daiane Maria Sassi. **O endividamento das famílias brasileiras: comportamentos, desafios e possibilidades de uma gestão financeira equilibrada**. 2018. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de MBA em Finanças e Mercado de Capitais, Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2018. Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/5515. Acesso em: 02 fev. 2022;

C6 Bank. **Pesquisa C6 Bank/Ibope releva que apenas 21% dos brasileiros tiveram educação financeira na infância**. Medium, 2020. Disponível em: https://medium.com/c6banknoticias/pesquisa-ibope-c6-bank-revela-que-apenas-21-dos-brasileiros-tiveram-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-na-6bb70ff8f45a. Acesso em: 14 set. 2021;

FECOMÉRCIO GOIÁS. **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor – (PEIC).** Federação do Comércio do Estado de Goiás – (FECOMÉRCIO-GO), 2021. Disponível em: https://www.fecomerciogo.org.br/pesquisa/id/3/tipo/PEIC#book6/. Acesso em: 09 set. 2021;

G1. **Endividamento chega a recorde de 71,4% dos brasileiros, segundo CNC**. G1-Globo, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/05/endividamento-chega-a-recorde-de-714percent-dos-brasileiros-segundo-a-cnc.ghtml. Acesso em: 16 set. 2021;

INSTITUTO MAURO BORGES – (IMB). **Sobre Goiás**. 2019. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145. Acesso em: 05 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares - (POF) 2017-2018**: Primeiros Resultados. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – (PNAD)**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/19898-suplementos-pnad3.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 01 fev. 2022.

LISBOA, Vinícius. **CNC: percentual de famílias com dívidas chega a 72,9%**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729. Acesso em: 10 set. 2021;

LOPES, Mayara Alves. **ENDIVIDAMENTO X PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: UM ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA PARAÍBA**. 2019. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PE), 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15854. Acesso em: 01 fev. 2022.

MENEZES, Bruna Pereira. **Fatores de endividamento de consumidores de baixa renda do bairro Edson Queiroz na cidade de Fortaleza**. 2018. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38720. Acesso em: 11 jan. 2022.

METTE, Frederike Monika Budiner; MATOS, Celso Augusto de. **Comportamento do consumidor endividado: Um estudo com indivíduos de baixa renda**. ENCONTRO DA ANPAD, 38., Rio de Janeiro: ANPAD, set. 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_MKT1200.pdf. Acesso em: 16. out. 2021;

PARASURAMAN, A. Marketing research. 2. ed. **Addison Wesley Publishing Company**, 1991;

REIS, Gabriel Cândido Holanda. **Organização pessoal financeira como instrumento para gerenciar endividamento**. 2017. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30548. Acesso em: 13 jan. 2022.

RIBEIRO, Alexandra Rayssa Nascimento; MAIA, Matheus Ferreira**. Endividamento Familiar no Brasil**. Pet Economia UFES**:** Economia do Fim dos Tempos, Espírito Santo (ES), 23 fev. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/37642. Acesso em: 01 mar. 2022.

ROCHA, Rodrigo Ribeiro; OLIVEIRA, Ronielton Rezende; TEIXEIRA, Luiz Antônio Antunes. Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda: Tendências de inadimplência e adimplência. **Caderno Profissional de Marketing UNIMEP - (CPMARK)**, Piracicaba (SP), v. 8, n. 3, set/nov. 2020. Disponível em: https://www.cadernomarketingunimep.com.br/ojs/index.php/cadprofmkt/article/view/127. Acesso em: 01 out. 2021;

ROSA, Samanda Silva da. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AUMENTO DE EFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E CONTROLE DE FINANÇAS PESSOAIS. **Administração de Empresas em Revista**, Curitiba, v. 3, n. 25, 01 jan. 2021. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/5211. Acesso em: 06 abr. 2022;

ROSA, Thiago Mendes; GONÇALVES, Flávio de Oliveira; FERNANDES, Adriana Sbicca. **ESTRATIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA: UMA PROPOSTA A PARTIR DO CONSUMO**. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2014. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss4_mesa4_artigos2014_ESTRATIFICACAO_SOCIOECONOMICA_UMA_PROPOSTA_PARTIR_CONSUMO.pdf/fbbd77ab-e78c-4885-973f-a841a26ab49e. Acesso em: 09 set. 2021;

PARAISO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva. **O CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**. Cosmopolita em Ação**,** [S.L], v. 6, n. 2, p. 12-26, 2019. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/1031. Acesso em: 06 jan. 2022.

PAULA, Thiago de; PEÑALOZA, Verónica; VASCONCELOS, Isadora Morais Duarte de; SOUSA, Márcio Cesar Rocha. **O "MAL-ESTAR" DA DÍVIDA: uma representação social do endividamento para consumidores de baixa renda.** Vivências**,** [S.L.], v. 17, n. 33, p. 121-138, 21 jun. 2021. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Disponível em: http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/448. Acesso em: 10 jan. 2022;

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. **Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: Um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe**. Revista Formadores: Vivências e Estudos, Cachoeira (BA), v. 7, n. 1, p. 05 - 17, jun. 2014. Disponível em: https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/396. Acesso em: 04 out. 2021;

SANTOS, Elaine Maria Ramos dos; MOREIRA, Fabiano Greter; SILVA, Luciana Codognoto da. **A Importância do Planejamento Para o Equilíbrio Financeiro das Famílias**. Revista de Ciências Gerenciais, [S.L.], v. 22, n. 36, p. 129-133, 30 dez. 2018. Editora e Distribuidora Educacional. Disponível em: https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article/view/5034#:~:text=Contribui%20com%20informa%C3%A7%C3%B5es%20que%20possam,e%20as%20despesas%20da%20fam%C3%ADlia. Acesso em: 03 fev. 2022;

SANTOS, Giovana Francine. **Finanças Pessoais: Proposição de um modelo de planejamento financeiro**. 2021. 129 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Centro Sócio Econômico, Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228463?show=full. Acesso em: 05 abr. 2022;

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: atlas, 2014;

SERASA. **Pesquisa Endividamento 2021**. 2021. SERASA/Opinion Box. Disponível em: https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-endividamento/. Acesso em: 02 fev. 2022;

SILVA, Adriana Cristina; SOUZA, Iracema Caproni de; BUENO, Miriam Pinheiro; ALMEIDA, Antônio Leonardo de; SILVA, Rodrigo Henrique. **Qualidade de vida e endividamento**. Desafio Online, Campo Grande (MS), v. 8, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/9473. Acesso em: 14 out. 2021;

SILVA, José. **Gestão e análise de risco de crédito.** 2° ed. Atlas, 1998;

SILVA, Rosana Oliveira da; BARROS, Denise Franca; GOUVEIA, Tânia Maria de Oliveira Almeida; MERABET, Daniel de Oliveira Barata. **Uma discussão necessária sobre a vulnerabilidade do consumidor: avanços, lacunas e novas perspectivas**. Cadernos Ebape.Br, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 83-95, mar. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/TqJ8X8WvJysZ3TKDJm5PwnB/. Acesso em: 20 jan. 2022;

SOUZA, Diana Paula. **Famílias com até 2 salários gastam 61% do orçamento com alimentos e habitação**. 2019. Agência IBGE Notícias. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25606-familias-com-ate-dois-salarios-gastam-61-do-orcamento-com-alimentos-e-habitacao. Acesso em: 28 fev. 2022;

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda. 2007**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php. Acesso em: 14. out. 2021.

APÊNDICE A

Instrumento de Pesquisa - Questionário

Etapa: Filtro

1) Qual a sua faixa individual de renda mensal? (considere salário mínimo/R$)

a) Sem rendimento
b) Classe E - até R$ 2.424,00
c) Classe D - De R$ 2.424,01 a R$ 4.848,00
d) Classe C - De R$ 4.484,01 a R$ 13.332,00
e) Classe B - De R$ 13.332,01 a R$ 24.240,00
f) Classe A - Acima de R$ 24.240,01

2) Em qual cidade você reside atualmente?

ETAPA: Perfil

3) Qual a sua faixa etária?

a) 18 a 25 anos
b) 26 a 35 anos
c) 36 a 45 anos
d) 46 a 59 anos
e) Acima dos 60 anos

4) Qual o seu gênero?
a) Feminino
b) Masculino
c) Prefiro não dizer
d) Outro:

5) Qual o seu estado civil?
a) Casado (a)
b) Separado (a)
c) Solteiro (a)
d) Viúvo (a)

6) Qual a sua atual ocupação profissional?
a) Desempregado (a)
b) Trabalha com carteira assinada
c) Trabalha sem carteira assinada
d) Aposentado (a) / pensionista
e) Estudante
f) Servidor público
g) Outro:

7) Qual a sua escolaridade?
a) Sem escolaridade
b) Ensino fundamental
c) Ensino médio
d) Ensino superior
e) Pós-graduação

Etapa: Educação Financeira

8) Ao longo do tempo você teve contato com conteúdo de finanças pessoais/educação financeira? (cursos, treinamentos, livros, workshops e afins)
a) Sim
b) Não

9) Atualmente você busca ler e conhecer sobre finanças pessoais?
a) Sim
b) Não

Etapa: Endividamento

10) Você possui dívidas atualmente?

a) Sim
b) Não

11) Caso a resposta para a questão anterior tenha sido positiva, dentre as opções abaixo, qual a maior dívida você possui atualmente?
a) Cartão de crédito
b) Crediários e carnês
c) Empréstimos
d) Financiamentos (imóveis, carros e outros bens)
e) Cheque especial
f) Outro:

12) As dívidas que você possui, estão em atraso?

a) Sim
b) Não

13) Dentre as opções abaixo, qual das razões mais contribuiu para o atraso no pagamento das dívidas?
a) Desemprego
b) Redução na renda
c) Enfermidades
d) Falecimentos na família
e) Não possuo dívidas em atraso
f) Outro:

Etapa: Planejamento Financeiro Pessoal

14) A sua renda foi afetada pela pandemia do Covid-19?

a) Não
b) Sim. Fiquei desempregado (a)
c) Sim. Tive queda na renda
d) Outro:

15) Você possui algum método para controlar o modo como utiliza seu dinheiro?

a) Sim. Anoto de cabeça
b) Sim. Anoto no caderno/papel
c) Sim. Faço planilha no celular
d) Não faço uso de nenhum tipo de controle
e) Outro:

16) Com que frequência você anota seus ganhos e gastos?
a) Diariamente
b) Semanalmente
c) Mensalmente
d) Não realizo anotações

17) Você está satisfeito com a forma que controla seu dinheiro?

a) Sim
b) Não
c) Não controlo minhas finanças

18) Você costuma se planejar com antecedência para realizar uma compra?
a) Sim
b) Não

19) Qual a sua prioridade de uso do seu dinheiro?

a) Despesas familiares (alimentação, escola e moradia)
b) Vestuário
c) Investimentos financeiros (poupança, ações, títulos governamentais, reserva financeira e outros)
d) Lazer
e) Pagamento de dívidas
f) Outro

20) Dentre as opções abaixo, selecione aquela que melhor representa sua atitude ao longo do mês:

a) Luto para fazer o salário chegar até o fim do mês
b) Gasto mais do que ganho
c) Pago minhas contas em dia
d) Pago minhas contas em atraso
e) Realizo inúmeras compras no cartão de crédito

f) Prefiro pagar todas as compras à vista